



ACÓRDÃO Nº461/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11939/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Claudio Guenka (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM e DICA-MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7952/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do **Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB**, exercício de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Claudio Guenka**, Diretor-Presidente do órgão, nos termos inciso II do §1º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal.

10.2. Determinar ao IMPLURB:

- a) Observar os tetos remuneratórios previstas na Lei Orgânica Municipal;
- b) Substitua os servidores, que exercem a função de fiscalização, por efetivos concursados. Devido ao lapso temporal, que realize novo concurso público para o preenchimento dos cargos, principalmente aqueles das atividades fins do Instituto;
- c) Cumpra o disposto no art. 9º da Lei Orgânica de Manaus que determina o mínimo de 7% (sete por cento) do total de cargos em provimento em comissão a ser ocupados por servidores efetivos;
- d) Realize o cumprimento do prazo máximo de 02 anos de contrato de estágio e a realização de processo seletivo que garanta isonomia



ACÓRDÃO Nº461/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

e eficiência às contratações;

e) Faça adequação da Lei do quadro de pessoal do IMPLURB, com plano de cargos e salários;

f) Realize imediata eleição de representantes dos servidores na composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;

g) Faça a implementação de sistema de controle da aferição dos critérios para concessão do salário produtividade;

h) Na execução de obras observe a Lei Federal N.º6.496/77 c/c o Art. 1º, 2º e 3º da Resolução N.º425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

i) Proceda a conciliação do inventário físico dos bens em conformidade com os registros contábeis, em homenagem ao princípio contábil da oportunidade e as devidas conciliações das depreciações acumuladas (Restrição 02);

j) Providencie e regularize o registro da baixa da nota de empenho 2011Ne00112, haja vista os Art. 70 do Decreto Federal nº 93.872/1986 e Art. 1º do Decreto Federal nº 20.910/1932, que tratam da prescrição em cinco anos da dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (Restrição 03.1);

l) Avalie a possibilidade de substituir a servidora Sra. Liliane Figueiredo da Comissão de Licitações do Implurb com base no acórdão Nº 3.031/2008-TCU, uma vez que o exercício de função dupla de membro da Comissão e Procuradora Autárquica pode acarretar em vícios procedimentais que ferem o princípio da segregação de funções.

m) Não realizar pagamentos de anuidades de Conselhos Profissionais dos servidores.

n) Realize pesquisa para declarar o valor do custo da locação em seus Contratos, por diária, e por mensalidade, fazendo um comparativo com o custo do aluguel pelo valor de mercado a fim de demonstrar a economicidade praticada na ocasião dos contratos de aluguel.

o) Observe o prazo de recolhimento das consignações de impostos.

p) Observe que eventual descumprimento das determinações/recomendações aqui lançadas, caso adotadas pelo Plenário desta Casa, **ensejará a irregularidade de prestações de contas futuras, nos termos do art. 22, parágrafo 1º, da Lei nº 2.423/96;**

10.3. Determinar as próximas comissões de inspeção que verifique a efetiva regularização das determinações/recomendações, sob pena de aplicação das sanções legais por reincidência.

10.4. Dar ciência ao **Sr. Claudio Guenka**, Diretor-Presidente do órgão, sobre a



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº461/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

decisão do Tribunal Pleno desta Corte.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Desterro e Silva que votou pela irregularidade das contas apresentadas e aplicação de multa, bem como o Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho que voto, em sessão, com Relator mas com a multa isugerida pela Unidade Técnica.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Abril de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral